Informações Contábeis Intermediárias - ITR Trimestre findo em 30 de setembro de 2021

Conteúdo

Relatório de revisão sobre as informações contábeis intermediárias	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Demonstração do valor adicionado	11
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório de revisão sobre as informações contábeis intermediárias

Aos Conselheiros, Administradores e Acionistas da **Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG** Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 25 de março de 2021, sem modificação, e às demonstrações do resultado e do resultado abrangente dos períodos de três e nove meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 12 de novembro de 2020, sem modificação. Os valores correspondentes relativos à demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não tivesse sido elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2021

KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Bernardo Modeira Peixoto Neto Contador CRC RJ-064887/O-8

И

Balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	30/09/2021	31/12/2020
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	428.551	311.191
Contas a receber de clientes (Nota 6)	627.710	460.714
Estoques	4.964	3.008
Tributos a recuperar (Nota 7)	40.357	27.963
Partes relacionadas (Nota 9)	254	717
Cessão de crédito	1.655	633
Outras contas a receber	4.173	7.398
	1.107.664	811.624
Não circulante Realizável a longo prazo		
Contas a receber de clientes (Nota 6)	7.322	2.226
Ativos fiscais diferidos (Nota 8)	281.262	268.602
Tributos a recuperar (Nota 7)	214.967	1.631
Depósitos judiciais (Nota 11)	87.083	84.665
	590.634	357.124
Investimentos	380	380
Intangível (Nota 12)	2.207.741	2.228.950
Direito de uso (Nota 13.1)	8.199	14.148
Billio de dae (Nota 10.1)	2.216.320	2.243.478
Total do ativo	3.914.618	3.412.226

Balanço patrimonial

em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	30/09/2021	31/12/2020
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores (Nota 14)	423.363	287.202
Obrigações por arrendamento (Nota 13.2)	3.116	4.231
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	372.648	415.629
Obrigações trabalhistas	11.691	8.922
Tributos a recolher (Nota 16)	147.866	131.432
Obrigações com fundo de pensão (Nota 19)	77.092	75.121
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 9)	498	1.614
Instrumento financeiro - câmbio futuro (Nota 4)	191	-
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio (Nota 9)	152.584	88.066
Demais contas a pagar	12.572	10.789
	1.201.621	1.023.006
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	809.378	759.511
Obrigações com fundo de pensão (Nota 19)	177.161	175.187
Obrigações por arrendamento (Nota 13.2)	7.577	11.028
Obrigações setoriais (Nota 7a)	213.297	<u>-</u>
Provisão para contingências (Nota 20)	244.018	249.385
	1.451.431	1.195.111
Total do passivo	2.653.052	2.218.117
•		
Patrimônio líquido (Nota 18)		
Capital social	644.460	644.460
Reserva de capital	2.194	2.194
Reservas de lucros	384.565	642.197
Outros resultados abrangentes	(95.909)	(94.742)
Resultado do período	326.256	<u>-</u> _
Total do patrimônio líquido	1.261.566	1.194.109
Total do passivo e patrimônio líquido	3.914.618	3.412.226

Demonstração do resultado Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Três meses	Nove meses	Três meses	Nove meses
	findos em	findos em	findos em	findos em
	30/09/2021	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2020
Receita Iíquida (Nota 22)	1.263.253	3.111.370	754.849	2.328.390
Custo do serviço (Nota 23)	(932.742)	(2.269.026)	(475.644)	(1.553.690)
Lucro bruto	330.511	842.344	279.205	774.700
Despesas de vendas, administrativas e gerais (Nota 25)	(90.911)	(277.924)	(92.166)	(277.297)
Outras receitas e despesas, líquidas (Nota 26)	(5.336)	(13.310)	(8006)	(22.546)
Lucro operacional	234.264	551.110	179.033	474.857
Receitas financeiras Despesas financeiras Resultado financeiro, líquido (Nota 27)	22.312	29.739	6.171	20.091
	(43.259)	(86.359)	(25.086)	(87.796)
	(20.947)	(56.620)	(18.915)	(67.705)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	213.317	494.490	160.118	407.152
Imposto de renda e contribuição social - correntes (Notas 8 e 17)	(72.830)	(180.357)	(55.286)	(140.955)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos (Notas 8 e 17)	282	12.123	929	2.301
Lucro líquido do período	140.769	326.256	105.761	268.498
Lucro líquido do período básico e diluído por mil ações do capital social - R\$	0,54217	1,25658	0,40734	1,03412

Demonstração do resultado abrangente Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Três meses findos em 30/09/2021	Nove meses findos em 30/09/2021	Três meses findos em 30/09/2020	Nove meses findos em 30/09/2020
Lucro líquido do período Outros componentes do resultado abrangente	140.769	326.256	105.761	268.498
Perda atuarial de fundo de pensão	(343)	(1.041)	(340)	(1.013)
Instrumento financeiro - câmbio futuro (Nota 4)	(129)	(126)	-	
Total do resultado abrangente do período	140.297	325.089	105.421	267.485

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Reservas de lucros				Reservas de lucros				
	Capital social	Reserva de capital - incentivos fiscais	Legal	Expansão	Reserva especial	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	644.460	2.194	128.893	684	-	254.988	-	(118.183)	913.036
Lucro líquido do período Reconhecimento de ganhos/perdas atuariais Saldos em 30 de setembro de 2020	644.460	- - 2.194	- - 128.893	- - 684	- -	- - 254.988	268.498 - 268.498	(1.013) (119.196)	268.498 (1.013) 1.180.521
Saldos em 31 de dezembro de 2020 Dividendos aprovados em AGOE (abril/2021) Lucro líquido do período Reconhecimento de perdas atuariais (Nota 19) Instrumento financeiro - câmbio futuro Saldos em 30 de setembro de 2021	644.460 - - - 644.460	2.194	128.893 - - - - 128.893	684 - - - - 684	254.988 - - - - 254.988	257.632 (257.632) - - - -	326.256 - 326.256	(94.742) - (1.041) (126) (95.909)	1.194.109 (257.632) 326.256 (1.041) (126) 1.261.566

Demonstração do fluxo de caixa Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	30/09/2021	30/09/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais	404 400	407.450
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	494.490	407.152
Ajustes	104 110	100 110
Amortizações do intangível	104.449	100.142
Baixa do intangível sem venda	4 004	14
Amortização do direito de uso	1.891	3.108
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos	43.027	38.284
Contingências	(5.694)	(3.061)
Juros sobre arrendamento	1.009	609
Custos amortizados dos empréstimos	1.219	1.842
Atualização monetária sobre depósito judicial	913	3.189
Instrumento financeiro - câmbio futuro	126	
Provisão atuarial do benefício pós-emprego	2.778	6.737
Atualização monetária contingências	327	3.638
Provisão para perdas de crédito esperadas	20.972	3.610
	665.507	565.264
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(193.064)	115.832
Tributos a recuperar e diferidos	(55.599)	97.153
Estoques	(1.956)	518
Outras contas a receber	(1.128)	(5.708)
Fornecedores	136.161	(176.490)
Obrigações trabalhistas	2.769	4.014
Tributos a recolher	(151.800)	(145.106)
Partes relacionadas	(653)	(22.773)
Obrigações setoriais (Nota 7a)	213.297	-
Demais contas a pagar	1.783	2.767
Caixa usado nas operações	(50.190)	(129.793)
Juros pagos de empréstimos	(37.360)	(42.523)
Juros pagos de arrendamentos	(707)	(649)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(182.726)	(92.494)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	(220.793)	(135.666)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do intangível	(83.238)	(97.380)
	(83.238)	(97.380)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(03.230)	(97.360)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Ingressos de empréstimos	-	212.199
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(193.116)	-
Pagamento de principal de arrendamento	(810)	(2.878)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(193.926)	(209.321)
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa no período	117.360	411.746
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	311.191	(11.489)
Caixa e equivalentes de caixa ao final do período	428.551	400.257

Demonstração do valor adicionado Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	30/09/2021	30/09/2020
Vendas de gás e de serviços Receitas		
Vendas de gás, serviços e contratos de construção	3.923.173	2.920.814
Outras receitas operacionais	8.000	3.290
Constituição de provisão para perdas de crédito esperadas	(64.676)	(33.656)
	3.866.497	2.890.448
Insumos adquiridos de terceiros Custos do gás vendido e dos serviços prestados Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais e respectivos	(2.168.135)	(1.486.153)
Impostos indiretos	(742.557)	(567.229)
	(2.910.692)	(2.053.382)
Valor adicionado bruto	955.805	837.066
Retenções		
Amortizações do intangível e direito de uso	(106.170)	(103.249)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	849.635	733.817
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	29.739	20.091
Valor adicionado total a distribuir	879.374	753.908
Distribuição do valor adicionado Pessoal		
Remuneração direta	40.972	45.519
Benefícios	12.631	12.031
FGTS	3.194	3.402
	56.797	60.952
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	259.505	233.736
Estaduais	142.792	97.771
Municipais	5.577 407.874	3.873 335.380
Remuneração de capitais de terceiros	407.074	333.360
Juros	86.361	87.796
Aluguéis	2.086	1.282
· ·	88.447	89.078
Remuneração de capitais próprios		
Lucros retidos	326.256	268.498
240,00 104,400	326.256	268.498
Malan adiatan ada dishebuta		
Valor adicionado distribuído	879.374	753.908

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. Informações gerais

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG ("CEG" ou "Companhia") tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, no Estado do Rio de Janeiro e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes pelo período de 30 anos contados a partir de 21 de julho de 1997 (data da privatização), prorrogáveis a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro por igual período de tempo e por uma única vez.

A Companhia é uma sociedade anônima sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, controlada pelo Grupo Naturgy Energy Group, cuja sede temporariamente está localizada em Madri - Espanha, e está registrada na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

A área de concessão da CEG inclui a cidade do Rio de Janeiro e os seguintes municípios que integram a sua região metropolitana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, Tanguá, Seropédica e São João de Meriti.

De acordo com o Edital de Venda PED/ERJ nº 02/1997 e com o contrato de concessão, a CEG deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- Realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- Manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade desses;
- Manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- Indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- Atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- Manter em operação o Instituto de Seguridade Social da CEG GASIUS;
- Manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro; e

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais--Continuação

• Cumprir integralmente o acordo coletivo de trabalho vigente, durante o prazo nele estipulado.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão (Nota Explicativa nº12).

A emissão dessas informações contábeis intermediárias foi aprovada pela Administração da Companhia em 11 de novembro de 2021.

1.1. Deliberação AGENERSA

A Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio (Agenersa) publicou no Diário Oficial do Estado a Deliberação 3.862/2019, que estabelece diretrizes para o novo marco regulatório para o mercado livre de gás no Rio de Janeiro. Com a divulgação, o estado passa a ser o primeiro do País a se enquadrar às novas regras da Resolução nº 16, de 24 de junho de 2019, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que estabeleceu diretrizes e aperfeiçoamentos de políticas energéticas voltadas à promoção da livre concorrência no mercado de gás natural.

O principal impacto fiscal sobre a nova operação é a incidência de ISS (impostos sobre serviços) apenas para a térmica instalada no município do Rio de Janeiro. Em relação ao ICMS não há mudanças significativas a respeito dos percentuais já praticados.

Vale destacar a mudança prevista na referida Deliberação 3.862/2019 referente à modalidade de venda para o mercado termoelétrico, que passou a ser considerado como cliente livre (ATR). Na condição de consumidor livre, as termelétricas que anteriormente compravam o gás de uma distribuidora passaram a negociar o gás e compra-lo diretamente da Petrobrás. Desta forma, houve redução no volume de gás vendido pela Companhia, uma vez que anteriormente esta comprava o gás e o revendia (na condição de distribuidora). Neste novo cenário, a Companhia passou, contudo, a cobrar pelo transporte do gás por sua malha, uma vez que os clientes não estão diretamente conectados à Petrobras. Cabe ressaltar que não há impacto significativo no lucro bruto da Companhia, uma vez que esta cobra pelo serviço de transporte (que é seu principal negócio e onde sempre esteve sua margem) e agora não mais arca com o custo de compra do gás e com o risco de crédito sobre as vendas de gás às termelétricas.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais--Continuação

1.2. Impactos do COVID-19

Com a declaração da Organização Mundial da Saúde ("OMS") classificando o surto da COVID-19 como uma pandemia, os Governos Federais, Estaduais e Municipais foram compelidos a adotar medidas mais rígidas para conter o avanço do vírus. A principal medida adotada consiste no isolamento social, acarretando impactos nas atividades econômicas, causando incertezas e reduzindo a necessidade energética do Brasil, podendo impactar segmento de Distribuição de Gás Natural.

Sob o aspecto econômico, as entidades governamentais implementaram diversas medidas de auxílio econômico e financeiro, tais como o diferimento do recolhimento de alguns impostos, isenção de IOF para empréstimos e financiamentos pelo prazo de 90 dias, prorrogação de prazos para entrega de obrigações acessórias, entre outras.

Diante de tal cenário, a Companhia revisou suas análises e projeções, de forma a identificar possíveis impactos, riscos e incertezas causados pelo COVID-19, incluindo, mas não se limitando à:

- i) desempenho da demanda de gás,
- ii) impactos nos indicadores de perdas, arrecadação e inadimplência;
- iii) variação dos indicadores macroeconômicos;
- iv) fluxo de caixa no curto e médio prazo;
- v) redução do valor recuperável de ativos não financeiros; e
- vi) avaliação de continuidade operacional.

As análises realizadas quanto a possíveis impactos que fundamentaram as informações divulgadas nas Demonstrações Financeiras anuais, bem como as medidas adotadas para a mitigação dos riscos associados ao COVID-19 permanecem aplicáveis ao período findo em 30 de setembro de 2021 considerando que a administração da Companhia avaliou e não identificou mudanças nos fatos e circunstâncias econômicas atuais devido ao surto do COVID-19 que indicassem a necessidade de fornecimento de divulgações adicionais nas Demonstrações Intermediárias de modo a garantir que as informações prestadas refletissem a realidade econômica da Companhia.

Em relação ao período findo em 30 de setembro de 2021, o principal impacto observado foi o aumento na provisão com perdas estimadas conforme critérios descritos na nota explicativa nº 25 Despesas Gerais e Administrativas, quando comparado ao mesmo período de 2020.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

A Administração entende que as medidas adotadas garantem a continuidade da operação, permitindo a Companhia manter o compromisso de fornecer gás natural de forma segura e contínua a todos, com qualidade de atendimento e preservando a saúde de colaboradores e clientes.

Dentre as medidas adotadas pela Companhia, podemos destacar:

<u>Criação do Comitê de Crise</u> (alteração em destaque)

A Companhia instituiu o Comitê de Crise COVID-19, que se reuniu diariamente ao longo de 2020 tendo em sua composição a integralidade do seu quadro diretivo. A proposta do Comitê foi de acompanhar, em tempo real, os principais indicadores (qualitativo e quantitativo) da Companhia possibilitando, se necessária, uma reformulação nas medidas adotadas

Suspensão de cortes de fornecimento

Seguindo as determinações legais, em especial as normativas da Lei 8.769/20, que vedou a suspensão do fornecimento de gás natural, mesmo em casos de inadimplência de consumidores residenciais e aqueles classificados como: (i) MEIs (Micro Empreendedores Individuais); (ii) Micro e Pequenas Empresas; e aos optantes pelo regime de arrecadação de tributos denominado Simples Nacional (Lei Complementar Federal 123, de 14 de dezembro de 2006), a Companhia suspendeu o corte por inadimplência do fornecimento de gás natural canalizado, abrangendo mais de um milhão de clientes. Os cortes serão realizados somente em casos de emergência, como escapamentos. A medida vale para residências, pequenos comércios, microempreendedores individuais e serviços médicohospitalares. Em 16.07.2021, foi publicada a Lei Estadual 9.356/2021 que alterou as medidas restritivas contidas na Lei Estadual 8.769/2020, passando a vigorar as condições e prazos previstos na Resolução ANEEL 928/2021. A Lei também veda a interrupção, durante o período de pandemia, do fornecimento de gás para o cliente pessoa física cujo consumo não seja superior ao consumo mínimo. Com a alteração, é possível a suspensão do fornecimento para clientes inadimplentes após 90 dias, exceto para os casos mencionados na referida resolução. A Companhia encontra-se em processo de adequação dos seus sistemas e demais atividades necessárias para implementação de tais medidas.

Reajuste de tarifas

Em 30 dezembro de 2020 foi proferida a Deliberação AGENERSA nº 4.164, a qual reconheceu o direito da Companhia em reajustar a tarifa, no percentual de 24,52%, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021; bem como, considerando os efeitos da pandemia, autorizou que a Companhia procedesse com o reajuste de forma escalonada ao longo do ano, incidindo em fevereiro o percentual de 4% e; para os meses de maio, agosto e novembro, o percentual de 6,2%.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas da Comissão de Valores Mobiliários e incluídas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), com o Pronunciamento Técnico - CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas informações contábeis intermediárias podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Continuidade operacional

Com base nos fatos e circunstâncias existentes até a data de autorização das presentes informações contábeis intermediárias, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Neste trimestre a Companhia avaliou os impactos da COVID-19, conforme apresentado na nota explicativa 1.2.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2. Resumo das principais políticas contábeis -- Continuação

2.2. Políticas contábeis

Nas informações contábeis intermediárias, as políticas contábeis estão sendo apresentadas de forma consistente às práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Por isso, essas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, divulgadas no Diário oficial em 30 de março de 2021.

Em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não estão sendo apresentadas neste relatório trimestral as seguintes notas explicativas:

- Estimativas e julgamentos contábeis críticos.
- Resumo das principais políticas contábeis.

2.3. Mudança nas políticas contábeis

A administração da Companhia avaliou e identificou que não houve aplicação de novas normas para o período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Gestão de risco financeiro

3.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem aos seguintes principais riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Diretoria Financeira da Companhia, segundo as políticas discutidas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e aplica política de proteção contra eventuais riscos financeiros.

O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexadas à moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos e contratação de serviços em moeda estrangeira (Euro). Em 30 de setembro de 2021, não há ativos ou passivos financeiros relevantes sujeitos à variação cambial.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Gestão de risco financeiro--Continuação

3.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

ii) Risco com taxa de juros

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contração de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

iii) Outros riscos de preço

A Companhia desenvolve atividade regulada, razão pela qual entende não haver risco de preço de mercado.

b) Risco de crédito

As regras relativas às vendas da Companhia consideram o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota 6. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a Administração acredita que não serão recebidos integralmente.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos de primeira linha.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Gestão de risco financeiro--Continuação

3.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

O passivo circulante está superior ao ativo circulante no montante de R\$ 93.957 em 30 de setembro de 2021 (R\$ 211.382 superior em 31 de dezembro de 2020). Deste montante, R\$ 152.584 estão representados por dividendos e JCP a pagar aos acionistas da Companhia. A Companhia vem gerando lucro em suas operações e o caixa gerado pelas operações tem sido positivo. Não observamos riscos ao refinanciamento, uma vez que a CEG goza de boa avaliação creditícia e possui histórico positivo em suas discussões de refinanciamento junto às instituições financeiras.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

c) Risco de liquidez--Continuação

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 30 de setembro de 2021			
Empréstimos e financiamentos	8.492	630.923	747.372
Fornecedores	423.363	-	-
Em 31 de dezembro de 2020			
Empréstimos e financiamentos	421.879	581.415	229.812
Fornecedores	287.202	-	-

Observações:

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos.
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da Administração.
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.
- (iv) A variação observada no fluxo de caixa refere-se as renovações das operações que venciam em 2021, cujo vencimento passou a ser 2024.

Do montante de longo prazo demonstrado anteriormente, a Companhia não pretende realizar antecipações.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Gestão de risco financeiro--Continuação

3.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

d) Análise de sensibilidade à variação das taxas do CDI

A Companhia mantém grande parte de sua dívida e das suas disponibilidades indexadas às variações do CDI (somente financiamento). Em 30 de setembro de 2021, a Companhia apresentava uma dívida líquida de R\$ 753.475, representada pelo valor dos empréstimos e financiamentos, líquidos de caixa e aplicações financeiras.

A expectativa de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data-base de 30 de setembro de 2021, indicava uma taxa SELIC em 8,25%.

Adicionalmente, a Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado na tabela abaixo:

d) Análise de sensibilidade à variação das taxas do CDI--Continuação

Operação	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Taxa média mensal do CDI em 30/09/2021 - %	5,44	5,44	5,44
Dívida líquida - bancos	753.475	753.475	753.475
Taxa anual estimada do CDI em 30/09/2021 - %	8,25	10,31	12,38
Despesa (receita) financeira	21.173	36.713	52.253
IR e CS	(7.199)	(12.482)	(17.766)
Despesa (receita) financeira depois dos impostos	13.974	24.231	34.487

3.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Gestão de risco financeiro--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Quando aplicável, a Companhia opera com instrumentos financeiros - câmbio futuro, aonde a companhia troca as operações em moeda estrangeira entre partes relacionadas pela moeda Real do Brasil.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores a custo amortizado aproximam-se dos valores justos.

b) Gestão de riscos financeiros

A Companhia possui uma gestão de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa gestão, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitorados e gerenciados a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes. Além disso, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração supervisiona e aprova as informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Instrumentos financeiros por categoria

Ativos financeiros

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas informações contábeis intermediárias são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas informações contábeis intermediárias ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

	30/09/2021	31/12/2020
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado Caixa e equivalentes de caixa (Nível 2)	428.551	311.191
Caixa e equivalentes de caixa (Niver 2)	420.331	311.191
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Contas a receber de clientes	635.032	462.940
Partes relacionadas	254	717
Outras contas a receber	4.173	7.398
Cessão de crédito	1.655	633
	1.069.665	782.879
	30/09/2021	31/12/2020
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	1.182.026	1.175.140
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio	152.584	88.066
Contas a pagar de partes relacionadas	498	1.614
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	423.363	287.202
	1.758.471	1.552.022
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente		
Instrumento financeiro - câmbio futuro (Nível 2)	191	-
` '	1.758.662	1.552.022

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2021	31/12/2020
Bancos Aplicações financeiras em "CDB"	62.247 366.304	82.367 228.824
Total	428.551	311.191

Bancos e disponíveis rendem juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários. Os depósitos bancários a curto prazo são efetuados por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia, rendendo juros de acordo com as respectivas taxas de depósito de curto prazo.

As aplicações em Certificados de Depósitos Bancários – CDB, contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha, são classificadas como caixa e equivalentes de caixa podem ser resgatadas a qualquer tempo, sem qualquer penalidade, sem prejuízo da receita reconhecida ou risco de variação significativa no seu valor, que são remuneradas a uma taxa efetiva média de 98% do CDI em 30 de setembro de 2021 (98% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), prestação de serviços e vendas de equipamentos como demonstrado a seguir:

	30/09/2021	31/12/2020
Faturado		
Consumidores		
Do setor privado	750.034	551.883
Do setor público	13.439	12.163
	763.473	564.046
Não faturado		
Consumidores		
Do setor privado	120.614	127.975
Do setor público	3.868	2.913
·	124.482	130.888
Vendas de equipamentos	9.216	9.173
• •	897.171	704.107
Provisão com perdas estimadas - PCE	(262.139)	(241.167)
	635.032	462.940
Circulante	627.710	460.714
Não circulante (a)	7.322	2.226

⁽a) Refere-se a parcelamento de clientes acima de 12 meses.

A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada abaixo:

	30/09/2021	31/12/2020
A vencer	·	
Faturado	450.413	253.379
Curto prazo	443.091	251.153
Longo prazo	7.322	2.226
Não faturado	124.482	130.888
	574.895	384.267
Vencidas		
Até três meses	56.524	122.164
De três a seis meses	44.170	22.927
Acima de seis meses	221.582	174.749
	322.276	319.840
	897.171	704.107
Até três meses De três a seis meses	44.170 221.582 322.276	22.927 174.749 319.840

Para ter seus valores de provisão estimados de acordo com o CPC 48, refletindo a perda esperada, a Companhia adotou como base um estudo de sua carteira de clientes, onde a média encontrada em percentual está sendo aplicada para o período corrente.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes--Continuação

Abaixo, são apresentadas as informações sobre a exposição ao risco de crédito médio nas contas a receber da Companhia, em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, utilizando-se de uma matriz de provisão:

Dias de vencimento	30/09/2021 Taxa de atraso (%)	31/12/2020 Taxa de atraso (%)	
A vencer	2.03%	0.46%	
1 a 30 dias	10,04%	2,85%	
31 a 60 dias	53,54%	14,46%	
61 a 90 dias	64,23%	62,24%	
91 a 120 dias	51,19%	25,03%	
121 a 180 dias	20,67%	68,76%	
181 a 360 dias	93,38%	87,99%	
Mais de 360 dias	79,40%	91,32%	

Em atendimento às restrições temporárias impostas pela Lei Estadual 8.769/20, descritas na Nota explicativa nº 1.2, a Companhia deixou de suspender, após 35 dias de atraso no pagamento da fatura, os serviços fornecidos aos clientes residenciais e comerciais. Para os clientes industriais e postos de GNV, o fornecimento é suspenso a partir de 15 dias.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes--Continuação

A movimentação na provisão com perdas estimadas é como segue:

Em 31 de dezembro de 2019	184.387
Provisão constituída	186.600
Recuperação de contas a receber provisionados	(129.820)
Em 31 de dezembro de 2020	241.167
Provisão constituída	83.737
Recuperação de contas a receber provisionados	(62.765)
Em 30 de setembro de 2021	262.139

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das informações contábeis intermediárias é o valor contábil das contas a receber demonstradas acima.

Cabe esclarecer que na constituição de perdas, inclui-se variáveis de probabilidade futura de inadimplência as quais, nesse momento, estão agravadas pelo cenário do COVID-19 e, onde em linha com o disposto no Decreto Estadual N°46966 de 11/03/2020, a Companhia interrompeu os serviços de corte para as ligações de alguns segmentos.

7. Tributos a recuperar

	30/09/2021	31/12/2020
PIS e COFINS (a)	246.764	21.857
ICMS a recuperar (b)	4.505	3.820
Imposto de Renda Retido na Fonte (c)	3.989	3.460
Outros	66	457
	255.324	29.594
Circulanta	40.057	07.000
Circulante	40.357	27.963
Não circulante	214.967	1.631
	255.324	29.594

⁽a) Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 e, sob a sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") não compõe a base de cálculo do Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), uma vez que este valor não constitui receita/faturamento da Companhia. Assim, os contribuintes têm o direito de excluir o valor relativo ao ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo do PIS e COFINS.

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF") apreciou os embargos de declaração opostos pela União, pacificando em definitivo as questões jurídicas, definindo que o ICMS a ser excluído da base de cálculo das Contribuições do PIS e da COFINS é o destacado nas notas fiscais e que os efeitos da Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS deve se dar após 15.03.2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocoladas até 15.03.2017.

Em 28 de setembro de 2021, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional − PGFN, por meio do PARECER SEI № 14.483/2021/ME, se manifestou quanto as orientações a serem observadas no cumprimento da decisão do STF, especialmente quanto ao marco da cessação da eficácia de decisões anteriores a definitividade do precedente com repercussão geral.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Tributos a recuperar--Continuação

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia reconheceu em seu ativo não circulante, o montante de R\$ 213.297 (R\$ 195.686 principal e R\$ 17.611 de atualização monetária), relativo a créditos de PIS e COFINS cuja apuração se deu sem a exclusão do ICMS de sua base, no período compreendido entre a decisão de março de 2017 até a efetiva alteração da metodologia de cálculo, o que inclui a atualização monetária pela taxa SELIC. Considerando os valores médios dos tributos federais recolhidos nos últimos anos, a Companhia estima que o valor total reconhecido será compensado em aproximadamente 2 anos, a partir da habilitação do credito por parte da Receita Federal via processo administrativo.

Em contrapartida dos créditos acima comentados a Companhia reconheceu uma obrigação no passivo não circulante pelo valor integral do ativo por haver uma obrigação recíproca e equivalente da concessionária em restituir tais valores aos usuários e cuja forma dependerá ainda das decisões e respectivas aprovações por parte da Agência Reguladora bem como do período, sendo possível via reajuste tarifário, conforme proposto para o mercado de energia elétrica.

A administração da Companhia encontra-se em fase de avaliação quanto a melhor forma de se beneficiar também de eventuais créditos em relação aos valores relativos aos períodos anteriores a março de 2017, os quais não foram quantificados e tampouco registrados, considerando não haver decisão no âmbito da ação rescisória que visa revogar os efeitos do transito em julgado da ação proposta pela Companhia julgada improcedente.

- (b) Refere-se, predominantemente, a ICMS a recuperar decorrente de aquisições do ativo intangível, no montante de R\$ 3.514 (R\$ 2.189 em 31 de dezembro de 2020), sendo R\$ 1.844 com expectativa de realização a curto prazo (R\$ 1.189 em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 1.670 com expectativa a longo prazo (R\$ 1.631 em 31 de dezembro de 2020).
- (c) Refere-se à retenção na fonte, sobre pagamentos e sobre resgates de aplicações financeiras.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações contábeis intermediárias. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos líquidos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

a) Composição

	30/09/2021	31/12/2020
Obrigações de fundo de pensão	106.956	105.079
Provisão com perdas estimadas com contas a receber Provisão para contingências	81.013 82.966	72.139 84.791
AVP Contrato de concessão Operações de arrendamento mercantil	2.070 (41)	2.434 375
Juros e variação monetária - Gasius Provisão de fornecedores	(4.323) 11.685	(4.076) 7.593
Outras Ativo não circulante	936 281.262	267 268.602

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Ativos fiscais diferidos--Continuação

b) Movimentação

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos é demonstrada como segue:

	Obrigações de fundo de pensão	Provisão para perdas esperadas	Provisão para contingências			Juros e variação monetária Gasius	Fornecedores	Outras provisões	Total
Em 31 de dezembro de 2020 Adições (baixas) na demonstração	105.079	72.139	84.791	2.434	375	(4.076)	7.593	267	268.602
do resultado	1.341	8.874	(1.825)	(364)	(416)	(247)	4.092	669	12.124
Adições no patrimônio líquido	536	-			-	. ,	-	-	536
Em 30 de setembro de 2021	106.956	81.013	82.966	2.070	(41)	(4.323)	11.685	936	281.262

	IR e CS diferidos ativos sobre								
	Obrigações de fundo de pensão	Provisão perdas esperadas	Provisão para contingências	AVP contrato de concessão	Operações com arrendamento mercantil	Juros e variação monetária Gasius	Fornecedores	Outras provisões	Total
Em 31 de dezembro de 2019 Adicões (baixas) na demonstração do	113.650	53.162	83.169	2.922	65	(4.085)	8.579	1.021	258.483
resultado	3.505	18.977	1.622	(488)	310	9	(986)	(754)	22.195
Creditado (debitado) no patrimônio líquido	(12.076)			_	-		_	_	(12.076)
Em 31 de dezembro de 2020	105.079	72.139	84.791	2.434	375	(4.076)	7.593	267	268.602

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Ativos fiscais diferidos--Continuação

c) Realização

Os ativos fiscais diferidos referem-se a diferenças temporárias, sendo que eles serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui projeções de realizar os créditos, conforme demonstrado a seguir:

	30/09/2021	31/12/2020
2021	25.646	24.846
2022	34.697	32.467
2023	36.206	34.388
2024	41.034	38.973
2025	48.275	45.850
2026 em diante	95.404	92.078
	281.262	268.602

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela Naturgy Distribución Latinoamérica S/A (54,16% do capital votante), que, por sua vez é controlada pela Naturgy Energy Group S/A (99,99% do capital votante).

Esta última é controlada pela Criteria Caixa SAU (24% do capital votante), pela Rioja Bidco Shareholdings, S.L.U. (20% do capital votante) e pela GIP III Canary 1 SARL (20% do capital votante). As demais ações estão distribuídas em mercado.

Os saldos em 30 de setembro de 2021 são demonstrados como segue:

	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
	Ativo circulante		Passivo Cir	Passivo Circulante		eitas	Despesas	
A receber/pagar								
Controladora indireta:								
Naturgy Energy Group S.A.(a)	25	82	498	-	12	16	1.363	1.240
Controle Comum:								
Gás Natural Serviços Integrales (b)	-	-	-	-	-	-	-	531
Gás Fenosa Engineering (c)	-	-	-	-	26	27	-	-
Gás Natural Informática (d)	-	-	-	1.362	-	-	-	524
Naturgy IT S.L. (e)	-	-	-	-	132	-	5.965	4.936
CEG Rio S.A. (f)	212	578	-	-	15.116	14.547	-	25
Lean Corporate Services S.L. (g)	-	-	-	-	45	-	591	64
Lean Customer Services S.L. (h)	-	-	-	-	66	-	940	250
Lean Grids Services S.L. (i)	-	-	-	252	5	-	180	252
Gás Natural São Paulo Sul S.A. (j)	-	-	-	-	350	331	-	-
Gás Natural Serviços S.A. (k)	15	45	-	-	663	1.232	33	12
Gás Natural do Brasil S.A. (I)	2	12	-	-	21	18	-	-
	254	717	498	1.614	16.436	16.171	9.072	7.834
JCP e dividendos								
Naturgy DL S.A. (m)	-	-	82.623	47.338	-	-	-	-
Pluspetrol Energy (m)	-	-	3.443	1.972	-	-	-	-
Dinâmica energia (m)	-	-	13.502	8.359	-	-	-	-
Banco Nacional de Desenvolvimento			52.715	30.202				
Econômico e Social - BNDES (m)	-	-	52.715	30.202	-	-	-	-
Outras partes relacionadas (m)	-	-	301	195	-	-	-	-
	-	-	152.584	88.066	-	-	-	-
	254	717	153.082	89.680	16.436	16.171	9.072	7.834

Os saldos referem-se substancialmente de:

- (a) Contratação de serviços econômicos financeiros abrangendo tesouraria, contas a pagar e operativa contábil; o contrato foi assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pelo IPC espanhol mais 0,5% e sujeito a variação cambial (Euro). Contrato encerrado em 2020, com a contratação da IBM para prestação do serviço; Contrato de ressarcimento de salários para funcionários expatriados em atividade no Brasil e funcionários Brasil em atividade no exterior.
- (b) Contratação de serviços abrangendo os âmbitos de leitura, faturamento de grandes clientes e *call center*; o contrato foi assinado pelo período de cinco anos com prorrogação automática pelo período inicialmente pactuado; o valor do serviço é apresentado até o mês de dezembro de cada ano, com um orçamento anual estimado para o ano seguinte. Contrato encerrado em 2020, com a contratação da IBM para prestação do serviço.
- (c) Prestação de serviços de cooperação técnica abrangendo finanças e administração, controladoria, contabilidade, consolidação, impostos, serviços financeiros, auditoria interna, planificação de ingressos, relações laborais, comunicações, compras e serviços gerais, controle de projetos e processos, informação e sistema, desenvolvimento de operações e análises de procedimentos de qualidade, desenvolvimento de procedimentos de treinamento e atualização em normas e cessão de uso de espaço; o contrato foi assinado com vigência até 31 de dezembro de 2022 e reajustado anualmente pelo IPCA.
- (d) Prestação de serviços abrangendo os serviços de comunicações, gestão de licenças corporativas e outros, esse contrato não possui atualização monetária, pois a cada ano é constituído um novo aditivo.
- (e) Prestação de serviços abrangendo os serviços de Infraestrutura, serviço de processamento e rede de segurança e atendimento/suporte ao usuário; reajustado anualmente pelo IPC espanhol e sujeito a variação cambial (Euro).

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (f) Prestação de serviços de assessoria corporativa (abrangendo os âmbitos comerciais, técnicos, planejamento, RH, jurídico, administrativo econômico-financeiro, marketing, relações externas, compras e serviços gerais), sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pela variação do IPCA; locação de imóvel administrativo, sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pelo INPC; e cessão de capacidade; esse contrato terá vigência até o fim da concessão sendo prorrogado automaticamente na hipótese de renovação da concessão e reajustado anualmente pela variação do IGP-M.
- (g) Prestação de serviços abrangendo serviços de manutenção e desenvolvimento de sistemas que suportam as atividades do centro de serviços compartilhados econômico financeiro, compras e processos administrativos da área de pessoas; reajustado anualmente pelo IPC espanhol e sujeito a variação cambial (Euro).
- (h) Prestação de serviços de informática abrangendo serviços de manutenção e desenvolvimento de sistemas que suportam as atividades de leitura, faturamento e cobrança e atendimento a clientes; reajustado anualmente pelo IPC espanhol e sujeito a variação cambial (Euro).
- (i) Prestação de serviços de informática abrangendo serviços de sustentação dos sistemas de negócios e suporte a processos; reajustado anualmente pelo IPC espanhol e sujeito a variação cambial (Euro).
- (j) Prestação de serviços abrangendo os âmbitos de gestão de RH, comercial, planejamento estratégico, procedimentos de qualidade, treinamento, atualização e cooperação técnico administrativa. O contrato estará em vigor até 31/12/2022, sendo atualizado anualmente pelo IPCA.
- (k) Prestação de serviços abrangendo os âmbitos técnico administrativo para o desenvolvimento do escopo de serviços da GNS, sendo esse contrato assinado com cláusula de renovação automática e reajustado anualmente pelo IPCA; cessão de direito de créditos decorrentes do plano de assistência, sendo esse contrato assinado com prazo indeterminado e seu valor calculado através de percentual sobre o valor cedido; locação de imóvel administrativo, sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pelo IPCA. Contrato de locação se sistema de climatização, reajustado anualmente pelo IGP-M
- (I) Contrato de locação de imóvel administrativo, sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pelo IGP-M.
- (m) Pagamento de dividendos

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços acordados pelas partes. Os saldos em aberto no fim do exercício não estão atrelados a garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro, estando, contudo, o inadimplemento contratual sujeito a penalidades. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Adicionalmente, a Companhia informa que os contratos celebrados com Partes Relacionadas foram objetos de estudos e análises por consultor independente, demonstrando que os preços e condições não geram deseguilíbrio econômico financeiro para qualquer das Partes contratantes.

10. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros, diretores e membros do Comitê de Auditoria. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

30/09/2021

30/09/2020

	-	
Honorários de membros dos conselhos	2.375	1.977
Honorários de diretoria estatutária	5.511	5.011
Planos de aposentadoria e pensão	133	122
Outros benefícios	788	633
	8.807	7.743

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Depósitos judiciais

_	30/09/2021	31/12/2020
ICMS INSS (a) Imposto de renda Processo Administrativo - SRF (b) CIDE (c) Penhora judicial (d) Trabalhistas (e) Ação cível (f)	6.353 17.262 8.286 6.350 10.756 18.101 7.142 12.833	4.257 17.092 6.264 8.208 12.223 16.256 8.169 12.196
<u>-</u>	87.083	84.665

- (a) Refere-se a depósito para recursos de autos de infração de INSS. A referida ação transitou em julgado, com decisão desfavorável para a Companhia. O processo se encontra em fase de levantamento para após ser dado baixa. (Nota Explicativa nº 20.a.i).
- (b) Refere-se a depósito para obtenção, junto à Secretaria da Receita Federal, de Certidão Positiva com efeito de Negativa, tendo em vista se tratar de cobrança por suposta falta de recolhimento de PIS incluído da Declaração de Débitos e Créditos Federais DCTF. A correspondente provisão não foi registrada, pois a Administração e seus consultores jurídicos estimam que os autos são improcedentes. Foi feito um pedido de liminar em Mandado de Segurança para a suspensão da exigibilidade do tributo para obtenção da Certidão Fiscal.
- (c) Refere-se à Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico CIDE (Nota 20.a.i).
- (d) Refere-se a penhoras em ações trabalhistas (R\$ 3.198) e cíveis (R\$ 14.904).
- (e) Refere-se a depósitos para recursos de processos trabalhistas de ex-funcionários e terceirizados. Devido à quantidade de processos não há o que destacar, já que os valores estão pulverizados.
- (f) Refere-se a depósitos judiciais para recurso de processos cíveis basicamente movidos por reclamações de consumidores que não apresentam individualmente relevância.

Todos os depósitos judiciais são atualizados mensalmente.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

12. Intangível

	Concessão para exploração	Servidões de							
	de serviços passagem			Contrato de	Total em	em desenvolvimento			
	públicos (a)	(b)	Software	concessão (c)	operação	andamento	(d)	Total	
Saldos em 1º de janeiro de 2020	82.693	25	53.567	2.010.472	2.146.757	77.235	1.543	2.225.535	
Aguisição	-	-	10.448	34.457	44.903	92.649	173	137.725	
Baixa líquida	-	-	-	(14)	(14)			(14)	
Transferência para intangível em operação	-	-	1.716	126.008	127.724	(126.008)	(1.716)	-	
Amortização	(11.276)	(12)	(20.181)	(102.827)	(134.296)	-	-	(134.296)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	71.417	13	45.550	2.068.096	2.185.074	43.876	-	2.228.950	
Custo total	136.735	3.628	191.634	3.434.996	4.206.739	43.876	_	4.250.615	
Amortização acumulada	(65.318)	(3.615)	(146.084)	(1.366.900)	(2.021.665)	-	_	(2.021.665)	
Valor residual	71.417	13	45.550	2.068.096	2.185.074	43.876	-	2.228.950	
Saldos em 1º de janeiro de 2021	71.417	13	45.550	2.068.096	2.185.074	43.876	_	2.228.950	
Aquisição			2.859	30.569	33.428	49.810		83.238	
Transferência para intangível em operação)		2.000	63.882	63.882	(63.882)		-	
Amortização	(8.457)	(4)	(15.557)	(80.431)	(104.449)	-	-	(104.449)	
Saldos em 30 de setembro de 2021	62.960	9	32.852	2.082.116	2.177.937	29.804	-	2.207.741	
Custo total	136.735	3.628	194.493	3.529.447	4.304.051	29.804	-	4.333.855	
Amortização acumulada	(73.775)	(3.619)	(161.641)	(1.447.331)	(2.126.114)	-	-	(2.126.114)	
Valor residual	62.960	9	32.852	2.082.116	2.177.937	29.804	-	2.207.741	
Taxas anuais de amortização (em anos)	12	20	5	_	·		·		

⁽a) Contrato para exploração de serviços públicos referente ao aditivo contratual firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 1º de dezembro de 2014, em que a Companhia passa a deter o direito de abastecer as regiões de Mangaratiba e Maricá com GNC/GNL

⁽b) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

12. Intangível -- Continuação

(c) Contrato de concessão é composto da seguinte forma:

Saldos em 1º de janeiro de 2020	Terrenos 1.890	Edificações e obras civis 25.328	Instalações 1.318	Máquinas e equipamentos 41.488	Equipamentos de informática hardware 4.491	Móveis e utensílios 4.859	Veículos 1.095	Rede de gás 1.926.454	Outros 3.549	Total contrato de concessão 2.010.472
Aquisição Baixa líquida Transferência para intangível em operação Amortização	- - - -	- - (1.357)	- - (82)	29.181 (14) - (23.708)	1.316 - - (1.826)	55 - - (1.047)	- - - (618)	513 - 126.008 (72.274)	3.392 - (1.915)	34.457 (14) 126.008 (102.827)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.890	23.971	1.236	46.947	3.981	3.867	477	1.980.701	5.026	2.068.096
Custo total Amortização acumulada Valor contábil atual	1.890 - 1.890	55.091 (31.120) 23.971	11.569 (10.333) 1.236	226.808 (179.861) 46.947	36.421 (32.440) 3.981	19.603 (15.736) 3.867	20.437 (19.960) 477	3.042.389 (1.061.688) 1.980.701	20.788 (15.762) 5.026	3.434.996 (1.366.900) 2.068.096
Saldos em 1º de janeiro de 2021 Aquisição Transferência para intangível em operação	1.890	23.971	1.236	46.947 27.434	3.981 69 -	3.867 37	477 - -	1.980.701 211 63.882	5.026 2.818	2.068.096 30.569 63.882
Amortização Saldos em 30 de setembro de 2021	1 900	(1.018)	1.174	(18.805)	(1.265)	3.174	(343)	(56.216)	(1.992)	(80.431)
Custo total Amortização acumulada Valor contábil atual	1.890 1.890 - 1.890	22.953 55.091 (32.138) 22.953	11.569 (10.395) 1.174	254.242 (198.666) 55.576	2.785 36.490 (33.705) 2.785	19.640 (16.466) 3.174	20.437 (20.303) 134	1.988.578 3.106.482 (1.117.904) 1.988.578	23.606 (17.754) 5.852	2.082.116 3.529.447 (1.447.331) 2.082.116
Taxas anuais de amortização (em anos)	-	10	30 a 20	10 e 20	5	10	5	30	Diversas	

⁽d) Software em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

Os juros capitalizados no período findo em 30 de setembro de 2021 foram de R\$ 624 (R\$ 659 em 31 de dezembro de 2020) à taxa média de 4,88% (4,23% em 31 de dezembro de 2020).

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto guando indicado em contrário)

13. Obrigações por arrendamento

A Companhia possui arrendamentos com itens de terrenos, edificações e veículos. O prazo de arrendamento de terrenos é de cinco anos, edificações variam entre um e oito anos enquanto veículos é de um ano. A tabela abaixo evidencia os prazos e suas respectivas taxas:

Contratos por prazo e taxa de desconto					
Prazos contratos Taxa % a.a.					
1 a 3 anos	9,95 e 10,75				
4 a 9 anos	8,45 e 11,45				

Os contratos de arrendamentos referem-se a arrendamentos de terrenos, edificações e veículos. Para todos os contratos de operações de arrendamento mercantil, a Companhia reconheceu ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos de arrendamento. Os contratos com prazo inferiores a doze meses ou com valor do ativo objeto do arrendamento não significativo não foram analisados dentro do escopo CPC 06 (R2).

Os saldos de arrendamento financeiro em 30 de setembro de 2021, são de R\$ 8.199 no ativo e R\$ 10.693 no passivo, respectivamente, conforme aplicação do CPC 06 (R2).

Prazo médio

1.69

138

14.148

(216)

(4.694)

13.1. Direito de uso

Veículos

Total - ativo de direito de uso (imobilizado arrendado)

As movimentações dos ativos de direito de uso (imobilizado arrendado) são:

354

9.409

Ativo de direito de uso (imobilizado arrendado)	Saldo final 31/12/2020	Baixa	Amortizações	Saldo final 30/09/2021	conti	ratual - nos)
Terrenos Edificações Veículos	36 13.974 138	(4.058)	(8) (1.780) (103)	28 8.136 35	3	,42 ,12 ,69
Total - ativo de direito de uso (imobilizado arrendado)	14.148	(4.058)	(1.891)	8.199	=	
Ativo de direito de uso (imobilizado arrendado)	Saldo final 31/12/2019	Adição	Baixa Amor		ldo final 12/2020	Prazo médic contratual - (anos)
Terrenos Edificações	47 9.008	- 11.570	- (2.137) (4.	(11) .467) 13	36 3.974	5,42 3,12

11.570

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente.

(2.137)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Obrigações por arrendamento--Continuação **13**.

13.1. Direito de uso -- Continuação

		Ajustado a valor
Fluxos de caixa	Nominal	presente
Contraprestação do arrendamento	10.290	8.102
PIS/COFINS potencial	952	749

13.2. Obrigações por arrendamento

As movimentações das obrigações por arrendamento são:

Passivo de arrendamento	Saldo final 31/12/2020	Encargos financeiros	Baixa	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Saldo final 30/09/2021
Terrenos Edificações Veículos	40 15.054 165	3 999 7	(4.058) -	(6) (674) (130)	(3) (697) (7)	34 10.624 35
Total - passivo de arrendamento	15.259	1.009	(4.058)	(810)	(707)	10.693

Passivo de arrendamento	Saldo final 31/12/2019	Encargos financeiros	Adição (*)	Baixa (**)	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Saldo final 31/12/2020
Terrenos Edificações Veículos Total - passivo de arrendamento	49 9.181 <u>369</u> 9.599	5 906 24 935	11.570 - 11.570	(2.702)	(9) (2.995) (204) (3.208)	(5) (906) (24) (935)	40 15.054 165 15.259

Em 30 de setembro de 2021, os saldos das obrigações por arrendamento são compostos da seguinte forma:

	Tipo de taxa	Taxa efetiva a.a. (%)	Circulante	Não circulante	Total	_
Terrenos	Fixa	11,45	15	19	34	
Edificações (*)	Fixa	8,45 a 11,45	3.066	7.558	10.624	
Veículos	Fixa	10,75	35	-	35	
Total - obrigação por arrendamento		<u>.</u>	3.116	7.577	10.693	

Em 30 de setembro de 2021, as parcelas relativas às obrigações por arrendamento no passivo circulante e não circulante têm os seguintes vencimentos:

 ^(*) As taxas são definidas de acordo com o prazo de cada contrato.
 (**) Baixas referentes aos distratos de três contratos de locação de imóveis, sendo o mais relevante correspondente a filial situada na barra da

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

13. Obrigações por arrendamento—Continuação

13.2. Obrigações por arrendamento -- Continuação

	Até dezembro de 2021	Janeiro de 2022 a dezembro de 2025	Janeiro de 2026 em diante	Valores nominais	Valor presente
Terrenos	4	30 7.477	-	34 10.458	34
Edificações Veículos	599 35	7.477 -	2.382	35	10.624 35
Total	638	7.507	2.382	10.527	10.693

O valor presente, principal e de juros em 30 de setembro de 2021, para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 11,45% (terrenos), 8,45% a 11,45% (edificações) e 10,75% (veículos).

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou menores de 12 meses reconhecidos como despesa de aluquel em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 4.513.

Em 30 de setembro de 2021, as despesas de depreciação para os contratos acima foram de R\$ 1.891 e as despesas de juros sobre passivos de arrendamento foram de R\$ 1.009.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

14. Fornecedores

		0171272020
(a)	360.651	232.192
ateriais	3.013	2.502
ços	59.699	52.508
	423.363	287.202

20/00/2024

31/12/2020

15. Empréstimos e financiamentos

	30/09/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos		
Linhas de crédito	1.182.026	1.175.140
	1.182.026	1.175.140
Total do passivo		
Circulante	372.648	415.629
Não circulante	809.378	759.511
	1.182.026	1.175.140

A variação observada entre passivo circulante e não circulante refere-se as renovações das operações que venciam em 2021, cujo vencimento passou a ser em 2024.

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para garantir a estrutura de capital necessária para a consecução do objeto social da Companhia. Os referidos empréstimos não apresentam cláusulas restritivas e garantias.

A composição dos empréstimos em moeda nacional pode ser assim demonstrada:

				30/09/2021		31/12/2020	
				Curto	Longo	Curto	Longo
	Indexadores	Vencimento	Lc (*)	prazo	prazo	prazo	prazo
Banco Bradesco S.A.	CDI+1,2503%	03/06/2022	100%	161.552	-	3.055	160.000
	CDI+2,30%	04/03/2024	100%	1.011	30.000	-	-
	CDI+1,2503%	20/05/2021	100%	-	-	51.037	-
	CDI+1,2%	19/08/2022	100%	102.744	-	2.824	100.000
	CDI+1,2%	16/04/2021	100%	-	-	51.217	-
	CDI+4,94%	08/04/2021	100%	-	-	31.577	-
	CDI+2,30%	04/03/2024	100%	1.684	50.000	-	-
	CDI+2,30%	04/03/2024	100%	1.684	50.000	-	-
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.	CDI+1,15%	07/08/2023	100%	1.392	150.000	1.812	150.000
Banco Santander S.A.	CDI+0,95%	14/11/2022	100%	3.777	99.844	358	99.319
	CDI+4,81%	24/03/2021	100%	-	-	36.968	-
	CDI+4,80%	06/04/2021	100%	-	-	24.324	-
	CDI+2,30%	11/03/2024	100%	1.217	35.000	-	-
	CDI+2,30%	11/03/2024	100%	824	23.700	-	-
Banco Citibank	CDI+1,75%	16/05/2024	100%	1.157	50.000	-	-
ING Bank	CDI+1,3%	15/06/2021	100%	-	-	50.906	-
	CDI+3,9%	15/04/2021	100%	-	-	31.289	-
	CDI+1,60%	20/05/2024	100%	668	30.000	-	-
Banco Intesa San Paolo	CDI+2,75%	08/07/2022	100%	40.710	-	908	40000
	CDI+2,30%	11/03/2024	100%	1.034	30.000	-	-
Banco Itaú	CDI+1,20%	19/09/2022	100%	44.895	-	386	44.800
	CDI+0,95%	14/11/2022	100%	4.004	105.834	379	105.392
	CDI+3,05%	23/03/2021	100%	-	-	46.774	-
	CDI+3,95%	06/04/2021	100%	-	-	51.670	-
	CDI+2,30%	18/03/2024	100%	1.515	45.000	-	-
	CDI+2,30%	18/03/2024	100%	1.684	50.000	-	-
Banco Scotiabank	CDI+1,05%	12/01/2023	100%	1.096	60.000	119	60.000
	CDI+1,25%	21/06/2021	100%	-	-	30.026	-
			•	372.648	809.378	415.629	759.511
			=				

⁽a) A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras é o único fornecedor de gás natural comprado pela Companhia, de acordo com o 14º Termo Aditivo, celebrado entre as partes em 10 de dezembro de 2019 no qual seguem as cláusulas do contrato original celebrado em 18 de julho de 2008.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

O vencimento dos empréstimos classificados no passivo não circulante é o seguinte:

	30/09/2021	31/12/2020
2022	205.678	549.511
2023	210.000	210.000
2024	393.700	=
	809.378	759.511

Mapa de movimentação dos empréstimos

	30/09/2021	31/12/2020
Saldo inicial	1.175.140	999.618
Captação	-	213.700
Amortizações	-	(35.858)
Juros provisionados	43.027	49.037
Juros pagos	(37.360)	(52.395)
Custo a amortizar	·	`(1.501)
Custos amortizados no período	1.219	2.539
Saldo final	1.182.026	1.175.140

16. Tributos a recolher

	30/09/2021	31/12/2020
ICMS	41.669	31.802
IRPJ e CSLL a pagar	77.026	80.119
COFINS	18.403	8.507
CS/PIS/COFINS terceiros	1.394	1.845
PIS	3.949	2.179
ISS terceiros	1.006	1.020
INSS terceiros	999	510
Outros	3.420	5.450
	147.866	131.432

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

17. Conciliação de alíquota nominal e efetiva de imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e de contribuição social relacionadas aos períodos abaixo estão reconciliadas às alíquotas nominais como segue:

	30/0	9/2021	30/09/2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	494.490	494.490	407.152	407.152
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 34%	(123.623)	(44.504)	(101.788)	(36.644)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva Adições (exclusão) permanentes Incentivos fiscais	(626) 744	(225)	(794) 858	(286)
Imposto de renda e contribuição social de acordo no resultado do período	(123.505)	(44.729)	(101.724)	(36.930)
Imposto corrente Imposto diferido	(132.419) 8.914	(47.938) 3.209	(103.416) 1.692	(37.539) 609
Alíquota efetiva	25%	9%	(101.724) 25%	(36.930)

18. Patrimônio líquido

18.1. Capital social

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social de R\$ 644.460 está representado por 259.638 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Capital detido (%)
Residentes no exterior	
Naturgy Distribuicion Latinoamerica, S.A.	54,16%
Pluspetrol Energy Sociedad Anônima	2,26%
Residentes no país	
BNDES Participações S.A BNDESPAR	34,56%
Fundo de Investimento em Ações - Dinâmica Energia	8,84%
Outros	0,18%
	100,00%

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

18. Patrimônio líquido--Continuação

18.2. Reserva de lucros, ajuste de avaliação patrimonial e lucros acumulados

São compostos como segue:

a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

b) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia.

c) <u>Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio</u>

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A Companhia tem utilizado o facultado pelo artigo 9º da Lei nº 9.249/1995, quanto aos juros sobre o capital próprio a título de remuneração aos acionistas, determinados com base na variação "*pro rata*" dia da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), aplicada sobre o patrimônio líquido.

Conforme aprovado em AGO realizada em 30 de abril de 2021, o valor de R\$ 47.005 foi distribuído a título de JCP, a todos os acionistas, que foi pago em parcela única no dia 30 de julho de 2021. Houve, também, a aprovação de distribuição de dividendos no valor de R\$ 305.070 sendo distribuídos a todos os acionistas, em duas parcelas iguais sendo a primeira paga em 30 de julho de 2021 e, a segunda, a ser paga em 15 de dezembro de 2021.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

18. Patrimônio líquido—Continuação

18.2. Reserva de lucros, ajuste de avaliação patrimonial e lucros acumulados— Continuação

d) <u>Lucro por ação</u>

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir:

O cálculo básico de lucro por ação é computado pela divisão do lucro líquido pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação no período.

	30/09/2021	30/09/2020
Numerador		
Lucro líquido	326.256	268.498
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	259.638	259.638
Lucro por ação básico e diluído por ações ordinárias em reais	1,25658	1,03412

Nos períodos observados não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento dilutivo.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

19. Obrigações com fundo de pensão

O fundo de pensão é administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG - Gasius, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, instituída em 1987, patrocinada pela Companhia e que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

	30/09/2021	31/12/2020
Nº participantes Gasius		
Ativos	17	21
Assistidos	1.007	1.017
	1.024	1.038

A Companhia é mantenedora dos seguintes planos de benefícios:

Planos de benefícios

i) Complementação de Aposentadoria tipo Benefício Definido (Plano BD)

Plano de benefício definido puro, em fase de extinção, instituído em 1987, o qual foi fechado a novas adesões em junho de 2004 e continua mantido apenas para os participantes assistidos e pensionistas e para alguns empregados ainda ativos, em caráter residual.

As contribuições da Companhia apresentam como se segue:

Contribuição normal

Destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. É idêntica às contribuições dos participantes e assistidos.

Contribuição especial

Destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. Representa 6,3175 vezes as contribuições dos participantes e assistidos. Essa contribuição teve sua cobrança suspensa no ano 2011.

ii) Plano de aposentadoria do ano 1990

Refere-se a benefício de complementação de aposentadoria paga pela Companhia a 13 exempregados que no ano 1990 aderiram ao plano especial de desligamento. A estes exempregados é paga uma renda mensal vitalícia, não transferível a dependentes, sendo os valores desses benefícios atualizados com a mesma periodicidade e no mesmo percentual base concedido aos empregados ativos por força dos acordos coletivos de trabalho.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

19. Obrigações com fundo de pensão--Continuação

Planos de benefícios -- Continuação

iii) Prêmio aposentadoria

Contempla benefício a ser pago a alguns empregados na data em que se desligarem da Companhia por aposentadoria. Esse prêmio é garantido aos atuais admitidos antes de 31 de dezembro de 1997, e que vierem a se afastar da Companhia em decorrência de aposentadoria concedida pelo regime da previdência oficial. O valor individual do prêmio é calculado com base no salário do empregado e no tempo de serviço prestado à Empresa, sendo seu valor individual máximo equivalente a sete remunerações para empregados que, em 31 de dezembro de 1997, contavam 35 anos ou mais de serviço prestado à Companhia.

iv) Plano de saúde para aposentados

Trata-se de plano de saúde do tipo administrado, contratado com empresa de medicina de grupo e concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia e, pelo período de sete anos e meio, para os atuais empregados admitidos até aquela data, extensivo a seus dependentes legais. Os titulares do plano participam, em conjunto com a Companhia, do custeio mensal do plano e nos eventos de pequeno risco. A partir de fevereiro de 2011, o plano de saúde deixou de ser contributivo para os novos empregados admitidos a partir dessa data.

As contribuições da Companhia para o plano de previdência administrado pelo fundo de pensão e para custeio do plano de saúde administrado diretamente pela CEG totalizaram:

	30/09/2021	30/09/2020
Fundo de pensão (Gasius)	1.546	1.535
Assistência médica	7.728	7.010
	9.274	8.545

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é:

	30/09/2021	31/12/2020
Benefícios especiais de aposentadoria (Plano 90) Prêmio aposentadoria Assistência médica para aposentados	5.615 298 <u>248.340</u> 254.253	5.808 285 244.215 250.308
Circulante Não circulante	77.092 177.161	75.121
Nao circulante	254.253	175.187 250.308

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

19. Obrigações com fundo de pensão--Continuação

Planos de benefícios -- Continuação

iv) Plano de saúde para aposentados--Continuação

A movimentação do passivo atuarial em conformidade com a Deliberação CVM nº 695/2012 pode ser assim demonstrada:

Obrigações com benefícios definidos em 31 de dezembro de 2019	277.718
Custo dos juros	17.991
Custo do serviço corrente	2.413
Benefícios pagos	(12.298)
Remensurações das premissas atuariais	(35.516)
Obrigações com benefícios definidos em 31 de dezembro de 2020	250.308
Custo dos juros	11.978
Custo do serviço corrente	153
Benefícios pagos	(8.186)
Obrigações com benefícios definidos em 30 de setembro de 2021	254.253

A composição dos ativos do plano de pensão Gasius é a seguinte:

	30/09/2021	31/12/2020
Renda fixa		
Títulos públicos federais	238.757	260.202
Fundos de investimento de renda fixa	71.792	85.138
	310.549	345.340
Títulos de renda variável	102.030	114.160
Investimento imobiliário	29.227	29.768
Outros ativos	44.626	37.016
	175.883	180.944
	486.432	526.284

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

20. Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da Administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	30/09/2021	31/12/2020
Trabalhistas Cíveis Regulatória	39.421 59.918 1.809	41.787 62.584 2.108
Tributárias	142.870	142.906
	244.018	249.385

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	Adições	Pagamentos/ reversão	Atualização monetária	30/09/2021
Trabalhistas (b)	41.787	3.178	(5.544)	-	39.421
Cíveis (c)	62.584	2.368	(5.034)	-	59.918
Regulatória (d)	2.108	111	(410)	-	1.809
Tributárias (a)	142.906	-	(363)	327	142.870
. ,	249.385	5.657	(11.351)	327	244.018

	31/12/2019	Adições	Baixas por reversão/pagamento	Atualização monetária	31/12/2020
Trabalhistas	42.756	7.393	(10.243)	1.881	41.787
Cíveis	59.256	2.651	(8.999)	9.676	62.584
Regulatória	521	1.554	(401)	434	2.108
Tributárias	142.081	98	` <u>-</u>	727	142.906
	244.614	11.696	(19.643)	12.718	249.385

A composição das contingências possíveis, por natureza, é a seguinte:

	30/09/2021	31/12/2020
Trabalhista	75.423	50.615
Cíveis	32.083	16.144
Regulatória	248	790
Tributárias	50.992	63.208
	158.746	130.757

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

20. Provisão para contingências--Continuação

a) Contingências tributárias

A composição da provisão para contingências tributárias, por esfera de governo, é a sequinte:

	30/09/2021	31/12/2020
Esfera		
Federal	140.712	140.770
Estadual	2.148	2.126
Municipal	10	10
	142.870	142.906

i) Contingências tributárias com perdas prováveis

Desse montante podemos destacar os seguintes processos:

Ação Ordinária (2001.51.01.017353/0017353-50.2001-4.02-51101)

Questionamento sobre a incidência da CIDE. De acordo com a posição de nossos consultores jurídicos, apesar de existirem decisões favoráveis aos contribuintes sobre a incidência da CIDE, a maioria das decisões dos Tribunais de 2ª Instância tem sido desfavorável, dessa forma, estimamos como provável a expectativa de perda desse processo. Assim sendo, a Companhia contabilizou a provisão para perda do referido processo, cujo valor em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 12.355 (R\$12.223 em 31 de dezembro de 2020) e está suportado por depósitos judiciais.

a) Contingências tributárias--Continuação

i) Contingências tributárias com perdas prováveis--Continuação

Ação Ordinária (2007.51.01.0252.99-3)

Em setembro de 2005, a Companhia tomou ciência da decisão emitida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária do Rio de Janeiro - DERAT, que tornou sem efeito o reconhecimento do direito creditório das contribuições do PIS e da COFINS pagas em duplicidade em anos anteriores no valor nominal de R\$ 83.459.

O valor atualizado da causa incluindo multas e juros é de aproximadamente R\$ 468.076 em 30 de setembro de 2021. Após obter provimento apenas parcial de sua defesa nos âmbitos administrativos e judicial e considerando critério da análise de seus argumentos de defesa, andamento processual e contexto atuais, a Administração da Companhia.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

20. Provisão para contingências--Continuação

Exercício de seu julgamento profissional entendeu serem prováveis as chances de perda no valor do principal atualizado monetariamente em 30 de setembro de 2021 de R\$ 108.330 (R\$108.330 em dezembro de 2020), motivo pelo qual o referido montante foi provisionado. Os demais valores inerentes a multas e juros possuem expectativa de perda remota, e, por tal, razão não estão provisionados.

Ação Ordinária (2005.51.01.017290-3)

Em julho de 2005, a Companhia iniciou processo judicial referente à exigência de pagamento de INSS em razão de diferenças resultantes de retenções supostamente efetuadas a menor no período de fev/99 a set/00. A Companhia provisionou o montante atualizado em 30 de setembro de 2021 em R\$ 17.262 (R\$17.092 em 31 de dezembro de 2020). A referida ação transitou em julgado, com decisão desfavorável para a Companhia. O processo se encontra em fase de levantamento para após ser dado baixa.

Ademais, a Companhia tem registrado o valor correspondente a honorário de êxito em ações judiciais de R\$ 3.141 em 30 de setembro de 2021 (R\$3.497 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia ainda dispõe de R\$ 1.784 em 30 de setembro de 2021 relativos a outras causas com prognóstico provável de perda.

ii) Contingências tributárias com perdas possíveis

Há, na Companhia, outros processos de natureza Federal, Estadual e Municipal que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos em todas as instâncias. O valor dessas contingências corresponde a R\$ 50.992 em 30 de setembro de 2021 (R\$ 63.208 em 31 de dezembro de 2020).

Desse montante, podemos destacar os seguintes processos:

Em outubro de 2013, a Companhia iniciou processo administrativo referente a não homologação parcial, por parte da Receita Federal, das compensações de créditos de COFINS. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída a provisão. No entanto, tivemos perda total deste processo na esfera administrativa. Os advogados da Companhia entraram com recurso na esfera judicial e estimam como possível a probabilidade de êxito, cujo valor atualizado em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 24.722 (R\$20.179 em 31 de dezembro de 2020).

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto guando indicado em contrário)

20. Provisão para contingências--Continuação

Em agosto de 2020, a Companhia iniciou processo administrativo, com a impugnação de um auto de infração, lavrado para exigência de multa relativa aos períodos de janeiro de 2015 a outubro de 2018, em decorrência de indicação de dados incorretos em arquivos da Escrituração Fiscal – EFD. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 6.725 (R\$ 6.527 em 31 de dezembro de 2020).

Os demais processos classificados como possíveis somam R\$ 19.545, atualizados em 30 de setembro de 2021 (R\$14.558 em 31 de dezembro de 2020).

b) Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-empregados da Companhia e a ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade solidária. A quantidade dessas ações é demonstrada da seguinte forma:

	30/09/2021	31/12/2020
Quantidade de ações movidas por	·	
Ex-empregados CEG	40	33
Ex-empregados terceiros	723	629
Outros (Ministério Público, INSS)	3	4
	766	666

A tabela a seguir apresenta a composição da provisão dos processos trabalhistas:

	30/09/2021	31/12/2020
Ex-empregados CEG Ex-empregados terceiros	7.533 31.888	7.231 34.556
	39.421	41.787

As reclamações trabalhistas classificadas como risco possível por parte da Companhia totalizam em 30 de setembro de 2021 R\$ 75.423 (R\$ 50.615 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia, visando à redução das contingências trabalhistas atuais e futuras, tem adotado os seguintes planos de ação:

- Melhoria do processo de contratação e gestão das atividades das empresas contratadas.
- ii) Análise dos processos mais antigos e relevantes de ex-empregados da CEG e ex-empregados de empresas terceirizadas para propor acordos, visando à redução da contingência laboral e custos com os advogados.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

20. Provisão para contingências--Continuação

- iii) Contratação de empresa para realização de auditorias nas empresas terceirizadas e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.
- iv) Realização de reuniões com as empresas terceirizadas que ainda prestam serviço para a CEG e possuem processos trabalhistas, para propor um trabalho conjunto de redução de contingências laborais.
- v) Retenção das cauções das empresas terceirizadas para redução das provisões.

c) Contingências cíveis

As contingências cíveis provisionadas referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, em 30 de setembro de 2021, essas causas totalizam R\$ 59.917(R\$ 62.584 em 31 de dezembro de 2020). Não há destaque, pois individualmente os processos não apresentam valores relevantes.

Há, na Companhia, outros processos que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível no valor de R\$ 32.083 (R\$16.144 em 31 de dezembro de 2020) por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos. Com destaque para os processos 0129467-15.2009.8.19.0001 e 0192859-26.2009.8.19.0001 que representam, respectivamente, os valores de R\$ 22.546 e R\$ 8.663 da contingência total.

d) Contingências regulatórias

As contingências regulatórias provisionadas referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, em 30 de setembro de 2021; essas causas totalizam R\$ 1.809 (R\$ 2.108 em 31 de dezembro de 2020). Com destaque para o processo E-33/100.459/2004 que representa R\$ 1.473 da provisão total.

Há, na Companhia, outros processos que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível no valor de R\$ 248 (R\$ 790 em 31 de dezembro de 2020) por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

21. Informações por segmento

A Administração analisa o desempenho da Companhia considerando as características do seu mercado consumidor e, dessa forma, subdivide o resultado de suas operações nos seguintes segmentos: mercado residencial (964.246 clientes pessoas físicas que possuem em seus domicílios equipamentos a gás natural como aquecedores e fogões), comercial (12.782 pequenos e médios estabelecimentos comerciais como restaurantes, bares, shopping centers e hotéis), industrial (254 indústrias de diversos setores como químico, fundição e siderurgia, vidros, bebidas entre outros), termoelétrico; Nota 1.1; (4 Usinas de Geração de Energia movidas a gás natural) e automotivo (494 postos de combustível de Gás Natural Veicular GNV), todos localizados na área de concessão da Companhia, que compreende a região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Vale destacar que em nenhum de seus segmentos a Companhia possui um determinado cliente que individualmente represente 10% (dez por cento) de sua receita total, não havendo dependência com relação a um único cliente.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

21. Informações por segmento--Continuação

A composição da margem por segmento pode ser assim demonstrada:

	Margem por segmento 30/09/2021							
Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras Receitas (*)	Total
Volumes m³ mil	90.149	42.313	342.084	-	684.649	-	2.184.804	3.343.999
Receita bruta Deduções	829.169 (174.218)	226.394 (48.550)	890.047 (170.621)	- -	1.686.481 (365.018)	57.224	233.858 (53.396)	3.923.173 (811.803)
Receita líquida Custo	654.951 (213.766)	177.844 (98.093)	719.426 (647.038)	- -	1.321.463 (1.248.089)	57.224 (57.224)	180.462 (4.816)	3.111.370 (2.269.026)
Resultado bruto	441.185	79.751	72.388	-	73.374	-	175.646	842.344
Despesas/receitas							_	(347.854)
Resultado antes da tri	butação							494.490
Provisão p/ IR e contri	buição social							(168.234)
Lucro do período								326.256

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

21. Informações por segmento--Continuação

			1	Margem por segi	mento 30/09/202	20		
Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras Receitas (*)	Total
Volumes m³ mil (não revisado)	93.934	35.006	309.982	793.381	583.124	-	-	1.815.427
Receita bruta Deduções	753.063 (158.120)	163.056 (34.897)	654.436 (127.085)	11.210 (2.068)	1.134.893 (245.633)	75.665 -	128.491 (24.621)	2.920.814 (592.424)
Receita líquida	594.943	128.159	527.351	9.142	889.260	75.665	103.870	2.328.390
Custo	(163.627)	(65.530)	(449.175)	(7.220)	(787.103)	(75.665)	(5.370)	(1.553.690)
Resultado bruto	431.316	62.629	78.176	1.922	102.157	-	98.500	774.700
Despesas/receitas								(367.548)
Resultado antes da tributação								407.152
Provisão p/ IR e contribuição social								(138.654)
Lucro do período								268.498

(*) As outras receitas têm a seguinte composição:

	30/09/2021	30/09/2020
Receitas de serviços	226.137	110.776
Receitas de serviços taxados	4.343	5.476
Receita de aluguéis	3.378	12.239
	233.858	128.491

A Administração não efetua a gestão dos ativos e passivos da Companhia por segmento, motivo pelo qual não é apresentada a composição dessas informações.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

22. Receita líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

Demonstração da receita líquida

	30/09/2021	30/09/2020
Venda de gás Contratos de construção Outras receitas (a) Total receita bruta	3.632.091 57.224 233.858 3.923.173	2.716.658 75.665 128.491 2.920.814
(-) ICMS (-) PIS (-) COFINS (-) Taxa de regulação (-) ISS Total de deduções	(445.689) (61.737) (284.363) (15.093) (4.921) (811.803)	(323.535) (45.391) (209.076) (11.120) (3.302) (592.424)
Receita líquida	3.111.370	2.328.390

⁽a) É constituído principalmente pela receita de ATR (Acesso de Terceiros à Rede), em que o cliente remunera a passagem do gás pela rede, pois a aquisição do gás é negociada com a Petrobras. Ademais, é registrado nesta linha receitas provenientes de partes relacionadas e demais prestações de serviços.

23. Custo do serviço

	30/09/2021	30/09/2020
Compra de gás e de serviços Custo dos contratos de construção Custo de amortização do intangível Custo de pessoal	(2.110.899) (57.236) (83.543) (17.348) (2.269.026)	(1.410.488) (75.665) (53.912) (13.625) (1.553.690)

24. Compromissos e contingências

24.1. Fornecedor de gás

Em 28 de novembro de 2008 entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras para uso convencional ("Contrato"), assinado em 18 de julho de 2008.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

24. Compromissos e contingências—Continuação

24.1. Fornecedor de gás -- Continuação

Em 1º de julho de 2019, foi celebrado o Termo Aditivo nº 13 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, no qual as partes acordam em aumentar a quantidade diária contratual, de 4.650.000 m³/dia para 4.860.000 m³/dia.

Em 10 de dezembro de 2019, foi celebrado o Termo Aditivo nº 14 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, no qual as partes acordam em diminuir a quantidade diária contratual, para 4.800.000 m³/dia e a adesão à uma nova política de preços, indexada aos preços internacionais do petróleo tipo *Brent*. Esse aditivo se encontrava vigente na data de encerramento do trimestre.

Pelos aditivos nº 13 e nº 14 ao citado contrato de fornecimento de gás natural, a CEG se comprometeu a partir do ano de 2019 e, consequentemente, do ano de 2020:

- (i) A retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, a pagar uma quantidade de gás que, na média diária do referido mês, corresponda a 70% da QDC - compromisso Retirada Mínima Mensal (RMM);
- (ii) A retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, a pagar um Encargo de Capacidade do referido mês, correspondente a 100% da QDC.

No exercício de 2020 e 2021, não houve pagamento relacionado à RMM.

24.2. Revisão tarifária

No 2º semestre de 2017, a Companhia enviou à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA a proposta de revisão tarifária (4ª Revisão Quinquenal Tarifária), conforme determina a cláusula sétima do contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1997. Posteriormente, em 28/09/2018 e em 19/11/2018, foram enviados Relatórios Complementares da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas, visando adequar ao cenário mais atual e ainda atender à solicitação do Poder Concedente.

Em 10 de março de 2021, a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA realizou sessão regulatória pública, de forma on-line, para julgamento do processo referente à 4ª revisão quinquenal tarifária (quinquênio 2018-2022).

Em 24/03/2021 foi publicada a Deliberação AGENERSA nº 4198/2021 com os resultados da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas da CEG. A referida Deliberação

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

24. Compromissos e contingências—Continuação

24.2. Revisão tarifária - Continuação

Imputou à Companhia uma redução de 13,5% em sua margem tarifária com vigência a partir de 01 de abril de 2021.

Em 29/03/2021, a AGENERSA publicou a suspensão dos efeitos e prazos da referida Deliberação até o pronunciamento da Procuradoria Geral do Estado e do Poder Concedente sobre as questões relativas ao 3º termo aditivo do Contrato de Concessão.

Em 14/06/21, a AGENERSA publicou sua decisão por manter os efeitos suspensos da referida Deliberação, reestabelecendo os prazos processuais das decisões constantes da mesma.

Em 21/06/21, a Concessionária apresentou seus Embargos de Declaração em face ao contido na referida Deliberação. Até o momento não há definição da AGENERSA quanto aos Embargos apresentados.

Assim, estando os efeitos da referida Deliberação suspensos, não há como reconhecer qualquer variação ou constituição de ativo ou passivo regulatório para o período findo em 30 de setembro de 2021.

00/00/0004

00/00/0000

25. Despesas de vendas, administrativas e gerais

	30/09/2021	30/09/2020
Despesa de pessoal	(50.499)	(58.876)
Serviços profissionais e contratados (a) Amortização do intangível	(74.834) (22.626)	(59.444) (49.337)
Serviços e outros gastos Serviços de manutenção	(23.603) (25.100)	(24.753) (28.193)
Utilidades, materiais e serviços Despesa de vendas	(10.570) (5.863)	(16.601) (4.627)
Entidade de previdência privada Provisões (reversões) líquidas	(153) (43.704)	(1.810) (30.046)
Provisão para perdas de crédito esperada	(20.972) (277.924)	(3.610) (277.297)

⁽a) O saldo contido na referida conta refere-se substancialmente aos serviços operacionais como cobrança, teleatendimento, entrega de fatura e leitura de medidores, comercialização e atendimento ao cliente. Adicionalmente, existem outros serviços corporativos, como serviços e licenças vinculados à tecnologia da informação e segurança.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

26. Outras receitas e despesas, líquidas

	30/09/2021	30/09/2020
Impostos e taxas (a) Ganho/Perda na alienação de intangível	(11.287) 90	(13.185)
Indenização a terceiros Outras receitas operacionais	(5.686) 7.178	(7.851) 3.005
Outras despesas operacionais Recuperação/despesa com impostos	(3.172) (433)	(1.425) (3.090)
	(13.310)	(22.546)

⁽a) Com a finalidade de manutenção do equilíbrio das finanças públicas, o Governo do Estado do Rio de Janeiro instituiu o Fundo Orçamentário Temporário (FOT). A referida legislação foi regulamentada e publicada no Diário Oficial do Estado em dezembro de 2019

27. Resultado financeiro

	30/09/2021	30/09/2020
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	7.220	2.063
Atualizações monetárias (a)	17.602	177
Receita de juros e encargos	1.851	6.403
Variações monetárias ativas	2.315	8.976
Outras receitas financeiras	751	2.472
	29.739	20.091
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos	(43.027)	(38.284)
Atualizações monetárias (a)	(30.108)	(33.912)
Fiança bancária	(11.776)	(11.023)
Outras despesas financeiras	(183)	(1.743)
IOF	(1.265)	(2.834)
	(86.359)	(87.796)
	(56.620)	(67.705)

a) O aumento refere-se, substancialmente, à atualização da taxa SELIC e multa e juros sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, ambos no valor de 17.611, não tendo impacto no resultado da Companhia. Nota 7a.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

28. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 30 de setembro de 2021, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Vigência das apólices	Importâncias seguradas
Risco operacional	29/10/2020 a 29/10/2021	710.000
Responsabilidade civil geral	29/10/2020 a 29/10/2021	852.000
Responsabilidade civil - administradores - diretores e dirigentes	29/10/2020 a 29/10/2021	94.000

29. Eventos subsequentes

Em atendimento a uma determinação regulatória, a CEG realizou a Chamada Pública nº 01 para aquisição de, aproximadamente, 5,0 milhões de m³/dia de Gás Natural, a partir de 01/01/2022. Considerando que as propostas recebidas não atenderam as condições estabelecidas no processo, declaramos a inexistência de proposta elegível.

Diante de tais fatos, a Companhia vem, em conjunto com o Regulador e o Poder Concedente, analisando todas as medidas possíveis para a celebração de um novo contrato ou a postergação da vigência do atual.

Katia Brito Repsold Diretor Presidente

Marcio Gomes Vargas Diretor Econômico-Financeiro de RI Emerson de Pontes Sales Contador CRC-110288/O-9 RJ